

(Tradução livre do original em inglês)

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e relatório
dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
RBS Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da RBS Participações S.A. e suas controladas (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



RBS Participações S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RBS Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 24 de março de 2014.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Carlos Biedermann".

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro

Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	128.606	141.346	Contas a pagar		8.200	4.610
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	8		46.117	Contas a pagar referentes a contratos de rede		23.453	14.293
Contas a receber de clientes	9	89.362	71.315	Empréstimos e debêntures	14	20.680	14.132
Estoques		4.116	2.975	Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros		32.813	28.982
Tributos a recuperar		2.179	2.743	Impostos de renda e contribuição social a pagar	22(b)	178	213
Partes relacionadas	10	19.795	5.862	Outros tributos a pagar		5.032	3.158
Despesas do exercício seguinte		15.252	10.778	Partes relacionadas	10	636	658
Outros		1.150	891	Comissões e bônus a pagar		6.795	4.822
		<u>260.460</u>	<u>282.027</u>	Receitas diferidas		4.452	4.794
				Dividendos propostos/ a pagar		9.739	9.398
Não circulante				Receita diferida - <i>royalties</i>	2.17 e 10	3.626	4.059
Realizável a longo prazo				Outros		<u>9.787</u>	<u>11.922</u>
Impostos de renda e contribuição social diferidos	22(b)	57.043	66.927			<u>125.391</u>	<u>101.041</u>
Depósitos judiciais		917	57				
Partes relacionadas	10	145.131	32.415	Não circulante			
Despesas do exercício seguinte		4.850	9.571	Empréstimos e debêntures	14	435.699	298.505
Investimentos em coligadas	11	26.806	22.537	Provisões	15	1.217	2.020
Imobilizado	12	128.912	105.563	Receita diferida - <i>royalties</i>	2.17 e 10		3.627
Intangível	13	15.299	13.176	Outros		<u>1.140</u>	<u>33</u>
		<u>378.958</u>	<u>250.246</u>			<u>438.056</u>	<u>304.185</u>
						<u>563.447</u>	<u>405.226</u>
				Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora	16		
				Capital		50.000	20.000
				Reservas de lucros		24.385	106.132
				Ajustes de avaliação patrimonial		(129)	(129)
						<u>74.256</u>	<u>126.003</u>
				Participação dos não controladores		<u>1.715</u>	<u>1.044</u>
						<u>75.971</u>	<u>127.047</u>
Ativo total		<u><u>639.418</u></u>	<u><u>532.273</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>639.418</u></u>	<u><u>532.273</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Demonstrações consolidadas do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto valor por ação

(Tradução livre do original em inglês)

	Nota	2013	2012
Receita líquida	18(a)	486.418	485.184
Custos operacionais	18(b)	(212.970)	(217.776)
Lucro bruto		273.448	267.408
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	18(b)	(52.018)	(52.073)
Gerais e administrativas	18(b)	(76.220)	(64.957)
Outras receitas (despesas), líquidas	18(b)	167	304
		(128.071)	(116.726)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		145.377	150.682
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial em coligadas	11	2.512	(1.398)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	20.864	22.993
Despesas financeiras	20	(42.204)	(34.835)
		(21.340)	(11.842)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e da participação dos não controladores		126.549	137.442
Imposto de renda e contribuição social	22(a)	(29.729)	(29.617)
Lucro líquido do exercício		96.820	107.825
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		95.514	106.489
Participação de acionistas não controladores		1.306	1.336
		96.820	107.825
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia no exercício			
Lucro básico e diluído por ação	17	2,05	5,32

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados. Por este motivo, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

(Tradução livre do original em inglês)

Atribuído aos acionistas da controladora

	Nota	Capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de Acionistas não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos					
Em 31 de dezembro de 2011		20.000	4.000	174.115	36.660	(129)	234.646	1.040	235.686	
Dividendos do ano anterior pago (R\$ 9,28 por ação)	16 (b)			(135.413)	(36.660)		(172.073)		(172.073)	
Total do resultado abrangente do exercício							106.489	1.336	107.825	
Lucro líquido do exercício							106.489	1.336	107.825	
Total do resultado abrangente do exercício							106.489	1.336	107.825	
Alocação do lucro do exercício										
Dividendos propostos e pagos (R\$ 2,15 por ação)	16 (b)						(43.059)	(1.332)	(44.391)	
Dividendos adicionais propostos (R\$ 3,18 por ação)	16 (b)				63.430		(63.430)			
Em 31 de dezembro de 2012		20.000	4.000	38.702	63.430	(129)	126.003	1.044	127.047	
Aumento de capital		30.000		(30.000)						
Diluição de participação de não controladores				120			120		120	
Dividendos do ano anterior pago (R\$ 1,44 por ação)	16 (b)			(3.951)	(63.430)		(67.381)		(67.381)	
Total do resultado abrangente do exercício							95.514	1.306	96.820	
Lucro líquido do exercício							95.514	1.306	96.820	
Total do resultado abrangente do exercício				120			95.514	1.306	96.940	
Alocação do lucro do exercício										
Reserva legal			4.776				(4.776)			
Dividendos propostos e pagos (R\$ 1,71 por ação)	16 (b)						(80.000)	(635)	(80.635)	
Apropriação do lucro líquido para a reserva de retenção de lucros				10.738			(10.738)			
Em 31 de dezembro de 2013		50.000	8.776	15.609		(129)	74.256	1.715	75.971	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das atividades a operacionais			
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		95.514	106.489
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	12/13	17.626	14.250
Equivalência patrimonial em coligadas	11	(2.512)	1.398
Ganho de capital na conversão de mútuos em capital	11	(1.638)	
Participação de acionistas não controladores		1.306	1.336
Perda de ativo imobilizado e alienação de intangíveis	12	214	816
Rendimentos sobre aplicação financeira	20	(15.076)	(20.724)
Juros e encargos de financiamentos e debêntures	20	35.859	33.728
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	10/20	(4.115)	(989)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22(b)	1.503	2.543
Provisões	15(a)	1.436	2.998
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9	1.707	832
		<u>131.824</u>	<u>142.677</u>
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber de clientes		(19.754)	10.151
Estoques		(1.141)	487
Despesas do exercício seguinte		247	(74)
Depósitos judiciais		(860)	17
Outros		(258)	33
		<u>(21.766)</u>	<u>10.614</u>
Aumento (redução) de passivos			
Contas a pagar		3.590	(1.951)
Contas a pagar referentes a contratos de rede		9.160	(17.820)
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros		3.831	4.286
Tributos a recuperar e outros tributos a pagar		2.438	(2.387)
Impostos de renda a pagar		(35)	(4.571)
Comissões e bônus a pagar		1.973	(970)
Provisões	15(a)	(939)	(2.164)
Receitas diferidas		(342)	(1.082)
Receita diferida - <i>royalties</i>		(4.060)	(4.547)
Outros		6.391	12.585
		<u>22.007</u>	<u>(18.621)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>132.065</u>	<u>134.670</u>

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(continuação)

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos financeiros		61.193	74.583
Subscrição de capital de investimento (1)			6.301
Aquisições de intangíveis (1)	13	(6.519)	(5.808)
Aquisição de Imobilizado	12	<u>(36.793)</u>	<u>(22.772)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		<u>17.881</u>	<u>52.304</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos adquiridos		353	
Debêntures emitidas	14	140.000	
Custo de emissão das debêntures		(2.923)	
Pagamento de juros sobre debêntures		(29.544)	(39.947)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	16	(148.016)	(216.464)
Fluxos com partes relacionadas	10	<u>(122.556)</u>	<u>(24.878)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(162.686)</u>	<u>(281,289)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(12.740)</u>	<u>(94.315)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		141.346	235.661
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>128.606</u>	<u>141.346</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(12.740)</u>	<u>(94.315)</u>

- (1) Em 1º de março de 2012, a Companhia reconheceu um ativo intangível relacionado ao acordo de não concorrência com a antiga proprietária da HSM do Brasil S.A., no valor de R\$ 2.258, recebido em conexão com a alienação da participação na GEO em troca da participação na HSM do Brasil S.A. e outros ativos (Nota 11). Esse intangível não envolveu desembolso de caixa, portanto, a declaração dos fluxos de caixa não reflete esta entrada.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

- (a) A RBS Participações S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e atualmente possui investimentos em transmissão de TV analógica e digital nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As suas controladas também estão localizadas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- A Companhia é controlada pela RBS TV Comunicações S.A., anteriormente denominada RBS Comunicações S.A. que por sua vez é controlada por três famílias.
- (b) As licenças federais exigidas para as atividades de transmissão de rádio e TV são concedidas pelas autoridades governamentais e aprovadas pelo Congresso Nacional. Além disso, as licenças para transmissão de rádio e TV são concedidas separadamente, por local. As licenças não são exclusivas, expiram após uma data pré-determinada (15 anos para TV e 10 anos para rádio) e são renováveis mediante solicitação por um período similar. As licenças atuais da RBS Participações S.A. em Porto Alegre, Florianópolis e Caxias do Sul e da TV Coligadas de Santa Catarina S.A. já expiraram. Na época apropriada, as empresas individuais solicitaram a renovação de suas licenças. A administração acredita que as licenças para as quais a renovação foi solicitada, que ainda estão pendentes de aprovação pelas autoridades governamentais, serão renovadas, uma vez que as empresas atenderam todos os requisitos necessários para essas aprovações. Enquanto esses requisitos ainda estiverem pendentes de aprovação, as empresas podem continuar a utilizar essas licenças. As licenças atuais de outras empresas consolidadas expiram em várias datas até 2022. As licenças atuais em relação à transmissão de TV digital expiram em várias datas até 2016.
- (c) Através de acordos operacionais, as operações de transmissão de TV da Companhia fazem parte da maior rede de TV brasileira, a Rede Globo. Embora os contratos de rede tenham prazos limitados, esses contratos são renováveis e cada empresa tem mantido o seu relacionamento de rede continuamente por mais de 40 anos. A administração concluiu o processo de extensão do contrato de transmissão televisiva com a Globo com vencimento em dezembro de 2014.
- (d) A Companhia mantém acordos operacionais com outras emissoras de televisão nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente. As estações afiliadas independentes têm que transmitir os programas e propagandas da rede nacional e das redes regionais e têm direito às receitas de propagandas locais vendidas por elas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelos diretores da Companhia em 27 de fevereiro de 2014.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado contra o resultado do período e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs com vigência a partir de 2014 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.2 Consolidação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo custo menos *impairment*. O custo é ajustado para refletir as mudanças nas contraprestações resultantes das alterações nas contraprestações contingentes. O custo também inclui valores diretamente atribuíveis do investimento.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.9).

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Um resumo das principais informações financeiras das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas é apresentado abaixo:

Em 31 de dezembro de 2013	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	% participação detida
RBS Participações S.A.	639.688	569.708	453.442	95.514	
TV Coligadas de Santa Catarina S.A.	25.691	14.876	36.860	8.236	84,14
RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.	1.455	10	385	294	100
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.	(309)	804		1	100
Em 31 de dezembro de 2012	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	% participação detida
RBS Participações S.A.	531.275	409.606	462.922	106,43	
TV Coligadas de Santa Catarina S.A.	20.041	13.462	28.799	8.425	84,14
RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.	1.165	14	395	300	100
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.	(310)	805		(29)	100

(b) Transação com não controladores

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(c) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo, e o valor contábil é aumentado ou reduzido para reconhecer a participação do investidor no lucro ou prejuízo da investida após a data de aquisição. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado, e sua participação proporcional na movimentação abrangente pós-aquisição é reconhecida em outros resultados abrangentes, juntamente com um ajuste correspondente no valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior à sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, o grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o investimento na coligada está deteriorado. Caso haja evidências de deterioração, a Companhia calcula o valor da deterioração como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil, e reconhece o valor na demonstração do resultado.

O lucro e as perdas resultantes de transações ascendentes e descendentes entre a Companhia e suas coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia apenas na proporção do investimento nas coligadas de investidores não relacionados.

As perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquido dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são aqueles instrumentos não derivativos com valores a receber fixos ou predeterminados e com vencimento fixos que a administração possui a intenção e a habilidade de manter o ativo até a data de vencimento. Caso a Companhia venda mais que uma parte insignificante dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, toda a categoria estará comprometida e será reclassificada como disponível para a venda. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, as Empresas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- . dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- . uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- . o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo;
- . estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- . torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- . o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- . dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A administração da Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está *impaired*. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em participações societárias classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está *impaired*. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado consolidado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado consolidada de instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração do resultado consolidada. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado consolidada.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve instrumentos financeiros classificáveis como instrumentos derivativos.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela publicidade referente à transmissão realizada no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

2.8 Estoques

Estoques incluem peças sobressalentes de máquinas e equipamentos e são demonstrados ao custo médio das compras, que é inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

2.9 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) representa a diferença positiva entre o valor de compra e o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Programas de computador (*software*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

(c) Outros intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais e licenças são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os ativos intangíveis não são reavaliados.

2.10 Imobilizado

O imobilizado inclui principalmente máquinas e equipamentos, e é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros receitas (despesas), líquidas" na demonstração consolidada do resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.12 Debêntures

Debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento da debênture são reconhecidas como custos da transação da debênture, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda diferido é determinado usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A legislação fiscal permite que a Companhia registre e deduza um crédito de imposto de renda referente à propaganda eleitoral gratuita, como mostrado na Nota 22(a).

Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627/13

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- (i) alterações no Decreto-Lei 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;
- (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e
- (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia monitora as diversas alterações já propostas no legislativo para a Medida Provisória e decidirá pela adoção antecipada, ou não, quando a Medida provisória for convertida na Lei ou antes, caso seja determinado pelos atos da Receita Federal do Brasil (a data da opção ainda não foi definida). Apesar disso, a administração elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a Companhia adotará a medida provisória a partir do exercício a findar em 31 de dezembro de 2014.

2.15 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de pensão

A Companhia faz contribuições para planos de pensão de contribuição definida privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Participação nos lucros e bônus

Uma obrigação referente à participação dos funcionários nos lucros é registrada nos salários e nas contribuições sociais, pois há um plano formal e os valores podem ser mensurados com segurança antes da emissão das demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações comuns ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

(i) Receita de publicidade

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando a transmissão referente ocorre.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita bruta de publicidade nas empresas de transmissão de TV compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociada pela rede Globo em nome das emissoras de televisão para transmissão regional, de acordo com o contrato de rede (Nota 1(d)).

As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas e despesas.

Uma porcentagem da receita bruta de publicidade, conforme definido no contrato de rede, é debitada mensalmente pela rede Globo como agenciamento mercantil.

(ii) Outras receitas

Royalties

A RBS Participações S.A. recolhe *royalties* sobre o uso de marcas comerciais de todas as empresas do Grupo RBS e coligadas, calculados a 3,5% das receitas operacionais líquidas.

Em 24 de setembro de 2004, a RBS Participações S.A. recebeu antecipadamente os *royalties* a serem incorridos pela RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. e Rádio Gaúcha S.A. durante os dez anos a contar de janeiro de 2005 a dezembro de 2014 e os registrou em "Receita diferida - *Royalties*". Esses valores foram calculados como valor presente líquido dos *royalties* nas receitas operacionais líquidas projetadas de cada empresa mencionada no período. Desde janeiro de 2005, a Companhia registra esses valores na demonstração de resultado, com base no fluxo de caixa descontado original projetado para cada mês.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento, e continua a decompor o desconto como receita financeira. Receita financeira ou perda (*impairment*) de contas a receber são registradas usando a taxa efetiva de juros original.

2.18 Fornecedores e demais passivos

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas

2.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, considerando as disposições do estatuto social da Companhia em relação ao dividendo mínimo obrigatório. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração consolidada de resultado.

2.20 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado por meio do resultado para o exercício atribuível aos acionistas não-controladores e controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no exercício referente. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores para os exercícios findos.

2.21 Informações por segmento de negócios

No trimestre findo em dezembro de 2012, o Presidente Executivo, o tomador de decisões operacionais e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, decidiu rever a estrutura do relatório organizacional de uma perspectiva geográfica para um perspectiva de negócios. A perspectiva de negócios da Companhia compreende a transmissão de televisão.

A partir de 31 de dezembro de 2012, as informações por segmento são apresentadas de acordo com essa nova perspectiva. Como os negócios da Companhia são exclusivamente decorrentes da transmissão de televisão, as demonstrações financeiras consolidadas têm a mesma estrutura do relatório interno.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.22 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

O IASB emitiu várias normas IFRSs, alterações e interpretações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e permitiu sua adoção antecipada. A Companhia optou pela não adoção antecipada das novas normas ou alterações de normas, uma vez que elas ainda não têm pronunciamentos equivalentes emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e sua adoção no Brasil não é permitida. Em vista do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), espera-se que esses pronunciamentos e alterações sejam emitidos e aprovados pela CPC até a data de sua adoção obrigatória.

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas pela IASB e que estão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

- IAS 32 - "Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros" (*Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities - Amendments to IAS 32*). Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando o impacto das alterações na norma IAS 32.
- IFRS 9, "Instrumentos financeiros" (*Financial instruments*), emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma IFRS 9.
- IFRIC 21, "Câmbio" (*Exchange*) emitido em maio de 2013. Essa interpretação inclui questões referentes ao reconhecimento de um passivo para imposto em que este se origina da aplicação da IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após janeiro de 2014. A Companhia está em processo de análise dos impactos gerados pela norma IFRIC 21.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

As empresas do Grupo RBS ainda estão avaliando o impacto das normas acima em suas demonstrações financeiras.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Impostos diferidos

A Companhia reconhece impostos de renda diferidos ativos e passivos com base nas diferenças entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras consolidadas, usando alíquotas tributárias em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos para avaliar sua possibilidade de recuperação, levando em consideração o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado com base em um estudo da viabilidade técnica.

(b) Contingências

A Companhia está atualmente envolvida em vários processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 15. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Companhia se baseia no Pronunciamento CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração para classificar ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo como mantidos até o vencimento. Essa classificação exige bastante julgamento. Ao realizar esse julgamento, a Companhia avalia a sua intenção e capacidade de manter esses investimentos até o vencimento.

(d) Vida útil do imobilizado

O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. As taxas efetivas de vidas úteis de ativo imobilizado podem ser diferentes do estimado.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A política de gerenciamento de risco da Companhia orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando necessário para suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia tinha ativos e passivos denominados em dólares americanos nos valores abaixo, sem um instrumento para proteger contra essa exposição nessas datas.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Importações em andamento	9.254	1.914
Contas a pagar	(3.034)	
Outras contas a pagar (seguros)	(14)	(17)
	<u>6.206</u>	<u>1.897</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, se a moeda tivesse variado cerca de 10% em relação ao dólar americano, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social teria variado em torno de R\$ 410 (2012 - R\$ 125) para mais ou para menos.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia surge de debêntures de longo prazo. As debêntures emitidas a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco do fluxo de caixa, o qual é parcialmente compensado pelo caixa mantido a taxas variáveis. As debêntures a taxas variáveis são remuneradas com base no CDI.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pelo Grupo RBS. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e investimentos de curto prazo suficientes, a disponibilidade de linhas de crédito através de um valor adequado de linhas de crédito comprometidas e a capacidade de fechar posições de mercado.

O excedente de caixa é transferido para a RBS Administração e Cobrança Ltda., que funciona como um departamento de tesouraria para as empresas do Grupo RBS (Nota 10). Investimentos de curto prazo são contratados pela RBS Administração e Cobrança Ltda. seguindo uma política de investimento clara, com limites para concentração de riscos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e incluem juros.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Acima de dois anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2013				
Contas a pagar referentes a contratos de rede	31.653			31.653
Empréstimos e debêntures	20.680	185	435.514	456.379
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros	32.813			32.813
Partes relacionadas	636			636
Comissões e bônus a pagar	6.795			6.795
Em 31 de dezembro de 2012				
Contas a pagar referentes a contratos de rede	18.903			18.903
Empréstimos e debêntures	14.132		298.505	312.637
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros	28.982			28.982
Partes relacionadas	658			658
Comissões e bônus a pagar	4.822			4.822

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Identificação e avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é determinado conforme definido no item 4.3 a seguir. Os valores reconhecidos em ativos e passivos circulantes têm liquidez imediata. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. Não havia passivo financeiro derivativo.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é administrado pelo Grupo RBS.

4.3 Estimativa do valor justo e hierarquia

A Companhia divulga o valor justo de instrumentos financeiros por nível segundo a seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços);
- Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros reconhecidos ao valor justo pela Companhia se enquadram no Nível 2 em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2013			
	Recebíveis	Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	Total de ativos financeiros	Outros passivos financeiros ao custo amortizado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	128.606		128.606	
Contas a receber	89.362		89.362	
Partes relacionadas	164.926		164.926	
Passivo				
Debêntures				456.379
Contas a pagar referentes a contratos de rede				31.653
Partes relacionadas				636
	<u>382.894</u>		<u>382.894</u>	<u>488.668</u>
	31 de dezembro de 2012			
	Recebíveis	Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	Total de ativos financeiros	Outros passivos financeiros ao custo amortizado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	141.346		141.346	
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		46.117	46.117	
Contas a receber	71.315		71.315	
Partes relacionadas	38.277		38.277	
Passivo				
Debêntures				312.637
Contas a pagar referentes a contratos de rede				18.903
Partes relacionadas				658
	<u>250.938</u>	<u>46.117</u>	<u>297.055</u>	<u>332.198</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Partes relacionadas		
Grupo 1	<u>164.926</u>	<u>38.277</u>
Contas a receber de clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 2	59.611	46.700
Grupo 3	29.677	24.196
Grupo 4	1.135	1.581
Provisão para devedores duvidosos	<u>(1.061)</u>	<u>(1.162)</u>
	<u>89.362</u>	<u>71.315</u>

- Grupo 1 - saldos com partes relacionadas
- Grupo 2 - a vencer
- Grupo 3 - vencidas de 1 a 180 dias
- Grupo 4 - vencidas há mais de 180 dias

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	7.479	631
Fundos de investimento nacionais	<u>121.127</u>	<u>140.715</u>
	<u>128.606</u>	<u>141.346</u>

Fundos de investimento nacionais se referem a fundos públicos e privados que têm como objetivo o retorno próximo às taxas de mercado e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

	Juros	Vencimento	<u>2012</u>
Certificados de depósitos bancários (a)	103,5% das taxas do CDI	Até junho de 2014	11.477
Letra financeira (b)	108% das taxas do CDI	Até julho de 2013	<u>34.640</u>
			<u>46.117</u>

- (a) Certificados de depósito bancário podem ser resgatados pela administração após abril de 2013.
- (b) Esses títulos não podem ser resgatados pela administração antes do vencimento devido às restrições financeiras do banco.

9 Contas a receber de clientes

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Publicidade	84.741	67.573
Cheques em cobrança	99	118
Notas promissórias	1.490	1.224
Outros	4.093	3.562
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	<u>(1.061)</u>	<u>(1.162)</u>
	<u>89.362</u>	<u>71.315</u>

O valor justo de contas a receber de clientes é idêntico aos valores devidos por clientes ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para *impairment* de contas a receber de clientes. Os valores contábeis das contas a receber da Companhia são denominados em reais (R\$).

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
No início do exercício	(1.162)	(735)
Provisão para <i>impairment</i>	(1.707)	(832)
Valores recuperados	<u>1.808</u>	<u>405</u>
No fim do exercício	<u>(1.061)</u>	<u>(1.162)</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo/(Passivo)	
	2013	2012
Partes relacionadas - ativo circulante		
RBS Administração e Cobrança Ltda. (a)	19.795	5.862
Partes relacionadas - realizável a longo prazo		
HSM do Brasil S.A.	1.616	1.563
Kzuka Promoções Ltda.	1.052	1.052
RBS Empresa de TVA Ltda.	3.750	2.400
RBS Administração e Cobrança Ltda. (a)	28.104	25.550
Rádio Educadora de Guaíba Ltda.	737	737
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	7	2
W2W E-Commerce de Vinhos S.A.	10.684	
Futura Networks do Brasil Cons	3.021	
H+ Participações S.A.	95.279	
Rádio Gaúcha S.A.	5	
Outros	876	1.111
	145.131	32.415
Partes relacionadas - passivo circulante		
Televisão Bagé Ltda	(219)	(219)
Televisão Chapecó S.A	(265)	(265)
Outros	(152)	(174)
Receitas diferidas - <i>royalties</i> - exigível a longo prazo		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. (b)	(3.073)	(3.479)
Rádio Gaúcha S.A.	(553)	(580)
	(4.262)	(4.717)
Receitas diferidas - <i>royalties</i> - exigível a longo prazo		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.		(3.073)
Rádio Gaúcha S.A.		(554)
		(3.627)

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Receitas/(despesas)	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Gerais e administrativas (reembolso) (e)		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	38.396	36.732
Rádio Gaúcha S.A.	1.910	2.492
Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda.	527	474
RBS Empresa de TVA Ltda.	255	365
Canal Rural Produções Ltda.	204	2.119
Outras empresas do grupo	1.122	1.139
	<u>42.414</u>	<u>43.321</u>
Despesas operacionais, com vendas, gerais e de administrativas		
RBS Prev - Sociedade Previdenciária (Nota 21)	(2.716)	(3.045)
Despesas financeiras (Nota 20)		
RBS Administração e Cobrança Ltda.		(301)
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.		(31)
		<u>(332)</u>
Receita financeira (Nota 20)		
RBS Administração e Cobrança Ltda.	2.948	1.120
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	819	201
Outros	348	
	<u>4.115</u>	<u>1.321</u>
Receitas de royalties (Nota 2.17)		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	3.479	3.939
Rádio Gaúcha S.A.	580	608
Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda.	441	377
RBS Empresa de TVA Ltda.	407	430
Cia. Catarinense de Rádio e TV	698	718
Rádio e TV Umbu Ltda.	478	450
RBS TV Santa Cruz Ltda.	350	333
RBS TV Santa Rosa Ltda.	208	192
Televisão Alto Uruguai S.A.	230	214
Televisão Bagé Ltda.	195	213
Televisão Chapecó S.A.	345	333
Televisão Imembuí S.A.	445	426
Televisão Tuiuti S.A.	422	425
Televisão Uruguaiana Ltda.	196	204
Televisão Rio Grande S.A.	236	236
Rede Popular de Comunicações Ltda.	432	479
Rádio Itapema FM de Porto Alegre Ltda.	176	171
RBS TV Criciúma Ltda.	393	412
Outros	1.354	1.277
	<u>11.065</u>	<u>11.437</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Comentários sobre transações e saldos com partes relacionadas

- (a) A RBS Administração e Cobranças Ltda. é uma parte relacionada que funciona como um departamento de tesouraria (empresa-caixa), responsável por todos os recebimentos e pagamentos através de um contrato particular de garantia, em nome das empresas do Grupo RBS. Os saldos com essa empresa não estão sujeitos à incidência de juros e são mostrados em ativo circulante porque os recursos mantidos por essa empresa em nome das empresas do grupo são prontamente disponíveis.
- (b) O empréstimo da RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. está sujeito à incidência de juros de 12% a.a. Os adiantamentos para futuro aumento de capital e exigível a longo prazo não estão sujeitos à incidência de juros.
- (c) Em 22 de junho de 2007, a RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. emitiu títulos com vencimento final em junho de 2017, com incidência de juros de 11,25% a pagar em junho e dezembro de cada ano. De acordo com os termos da Oferta, os títulos têm um valor principal de R\$ 300.000 e um preço de emissão de 99,271%. Esses títulos são garantidos pela Companhia e pela Rádio Gaúcha S.A.

Em relação aos empréstimos acima, essas empresas têm que cumprir certas cláusulas restritivas. Todas essas cláusulas restritivas estão sendo cumpridas.

- (d) As receitas e despesas provenientes de transações entre as empresas do Grupo RBS são alocadas entre as empresas que se beneficiam das receitas, ou incorrem as despesas, usando bases que podem não ser necessariamente as mesmas que aquelas que teriam sido aplicadas se as transações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas.
- (e) A RBS Participações S.A. é reembolsada pelas despesas gerais e administrativas incorridas em nome de outras empresas do Grupo RBS. A administração do grupo RBS modificou os critérios para o cálculo dos valores a serem reembolsados, considerando a localização de cada uma das empresas.

(ii) Garantias e avais

A RBS Participações S.A. e controladas frequentemente fornecem garantias e avais para financiamentos contratados por coligadas e partes relacionadas. Os valores dessas garantias e avais são compatíveis com os ativos e passivos dos avalistas e empresas garantidas, respectivamente.

Em 21 de setembro de 2012, a empresa vinculada RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. contratou um financiamento no valor total de R\$ 21.384, com um período de espera de dois anos e vencimento final em outubro de 2020. O valor total estará disponível em quatro "tranches", dentro de um período de 180 a 540 dias.

A Companhia é garantidora desta operação.

(iii) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os conselheiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração paga ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 5,910 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 5,495), incluindo salários e outros benefícios de curto prazo, benefícios de longo prazo e outros benefícios.

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos em coligadas

	RBS Administração e Cobrança Ltda.	HSM do Brasil S.A.	HSM Educação S.A	GEO Eventos S.A.	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2011	6.144			26.283	67	32.494
Participação recebida na troca de ativos com a Pluri Participações Ltda.		(2.613)				(2.613)
Ágio na aquisição		21.007				21.007
Equivalência patrimonial	282	(2.351)		669	2	(1.398)
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital em conexão com combinação de negócio				(26.952)		(26.952)
Alienação de investimento					(1)	(1)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>6.426</u>	<u>16.043</u>			<u>68</u>	<u>22.537</u>
Em 31 de dezembro de 2012	6.426	16.043			68	22.537
Ganho de capital na conversão de mútuos em capital		1.638				1.638
Equivalência patrimonial	(876)	2.499	889			2.512
Alienação de investimento					(1)	(1)
Diluição de participação não-controladora	<u>120</u>					<u>120</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>5.670</u>	<u>20.180</u>	<u>889</u>		<u>67</u>	<u>26.806</u>
% de participação - em 31 de dezembro de 2013	4,78	50	6,93			

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Comentários sobre os investimentos

Em 2010, a Companhia e a Pluri Participações Ltda. assinaram um contrato para formar a GEO Eventos S.A. De acordo com o contrato assinado, a Pluri subscreveu 60% do capital da GEO e a Companhia subscreveu os 40% restantes.

Em 1º de março de 2012, a Companhia decidiu alienar sua participação na GEO em troca de uma participação de 51% na HSM do Brasil S.A., R\$ 6.300 em dinheiro, e R\$ 2.258 em acordo de não-concorrência (ativos intangíveis) com um diretor anterior, por 24 meses, com método linear de amortização. A equivalência patrimonial na HSM do Brasil S.A. era de R\$ 2.613 (negativo) e o ágio de R\$ 21.007 foi reconhecido.

Em 30 de julho, o Grupo RBS e BR Educacional S.A. assinaram contrato para ingresso da GAEC Educação S.A. - Ânima Educação como uma nova acionista da HSM do Brasil S.A.

Como parte do contrato assinado entre a Companhia e a BR Educação Executiva S.A., a Companhia subscreveu um aumento de capital na HSM do Brasil S.A. mediante a conversão de um empréstimo no valor de R\$ 1.638. Adicionalmente, foi transferida uma participação de 6,93% no capital da HSM Educação S.A., da qual o Grupo RBS e BR Educação Executiva S.A. também são acionistas. Toda a transação foi reconhecida ao valor contábil, e não foi reconhecido ágio.

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edifícios e construções</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2011	9.378	21.595	4.780	47.703	1.984	8.374	93.814	888	94.702
Aquisições	226	2.184	2.601	12.316	1.223	3.132	21.682	1.090	22.772
Alienações			(16)	(628)	(51)	(121)	(816)		(816)
Depreciação		(729)	(836)	(6.202)	(666)	(2.662)	(11.095)		(11.095)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>9.604</u>	<u>23.050</u>	<u>6.529</u>	<u>53.189</u>	<u>2.490</u>	<u>8.723</u>	<u>103.585</u>	<u>1.978</u>	<u>105.563</u>
Custo	9.604	45.171	14.398	159.884	6.556	22.983	258.596	1.978	260.574
Depreciação acumulada		(22.121)	(7.869)	(106.695)	(4.066)	(14.260)	(155.011)		(155.011)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2012	<u>9.604</u>	<u>23.050</u>	<u>6.529</u>	<u>53.189</u>	<u>2.490</u>	<u>8.723</u>	<u>103.585</u>	<u>1.978</u>	<u>105.563</u>
Em 31 de dezembro de 2012	9.604	23.050	6.529	53.189	2.490	8.723	103.585	1.978	105.563
Aquisições		8.122	1.754	19.217	1.654	5.167	35.914	879	36.793
Alienações			(4)	(48)	(84)	(80)	(216)		(216)
Depreciação		(925)	(1.065)	(6.833)	(847)	(3.558)	(13.228)		(13.228)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>9.604</u>	<u>30.247</u>	<u>7.214</u>	<u>65.525</u>	<u>3.213</u>	<u>10.252</u>	<u>126.055</u>	<u>2.857</u>	<u>128.912</u>
Custo	9.604	53.293	16.148	179.053	8.126	28.070	294.294	2.857	297.151
Depreciação acumulada		(23.046)	(8.934)	(113.528)	(4.913)	(17.818)	(168.239)		(168.239)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2013	<u>9.604</u>	<u>30.247</u>	<u>7.214</u>	<u>65.525</u>	<u>3.213</u>	<u>10.252</u>	<u>126.055</u>	<u>2.857</u>	<u>128.912</u>
Depreciação anual como uma porcentagem do custo bruto total em 31 de dezembro de 2013 - menos itens totalmente depreciados na data do balanço		2,88	12,56	20,34	32,31	21,78			

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Revisão e ajuste da vida útil estimada

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM 619/09 e pela Resolução CFC 1.263/09, a Companhia concluiu em 2009 sua primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Em dezembro de 2013, a administração reviu o estudo realizado em 2009 e concluiu que nenhuma alteração na vida útil de seu imobilizado era necessária.

(b) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2013, a RBS Participações S.A. e controladas ofereceram imobilizado no valor de R\$ 5.595 (2012 - R\$ 3.695) em garantia de processos judiciais.

13 Ativos intangíveis

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Licenças</u>	<u>Filmes e produção</u>	<u>Concessões</u>	<u>Contrato de não competição</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2012	6.623	1.243	240	159			8.265
Aquisições	5.782	26				2.258	8.066
Amortização	(2.418)			(11)		(726)	(3.155)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>9.987</u>	<u>1.269</u>	<u>240</u>	<u>148</u>		<u>1.532</u>	<u>13.176</u>
Custo	26.078	1.269	240	480	18	2.258	30.343
Amortização acumulada	(16.091)			(332)	(18)	(726)	(17.167)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2012	<u>9.987</u>	<u>1.269</u>	<u>240</u>	<u>148</u>		<u>1.532</u>	<u>13.176</u>
Em 31 de dezembro de 2013	9.987	1.269	240	148		1.532	13.176
Aquisições	6.505	14					6.519
Alienações	2						2
Amortização	(3.419)			(11)		(968)	(4.398)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>13.075</u>	<u>1.283</u>	<u>240</u>	<u>137</u>		<u>564</u>	<u>15.299</u>
Custo	32.585	1.283	240	480	18	2.258	36.864
Amortização acumulada	(19.510)			(343)	(18)	(1.694)	(21.565)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2013	<u>13.075</u>	<u>1.283</u>	<u>240</u>	<u>137</u>		<u>564</u>	<u>15.299</u>
Taxas de amortização anual de % de custo bruto total - em 31 de dezembro de 2013	27,67			5,69	18,47		

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Empréstimos e debêntures

	Taxas de juros	2013	2012
Moeda nacional			
Debêntures de 2011	CDI mais <i>spread</i> de 2,5%	315.458	313.620
Debêntures de 2013	CDI mais <i>spread</i> de 1,9%	144.475	
Custo de emissão das debêntures	CDI mais <i>spread</i> de 1,9%	(4.574)	(1.495)
Outros		1.020	512
		<u>456.379</u>	<u>312.637</u>
Passivo circulante		<u>(20.680)</u>	<u>(14.132)</u>
Passivo não circulante		<u>435.699</u>	<u>298.505</u>
As parcelas de longo prazo são:			
		2013	2012
2017		125.699	58.505
2018		130.000	60.000
2019		60.000	60.000
2020		60.000	60.000
2021		60.000	60.000
		<u>435.699</u>	<u>298.505</u>

Em 12 de julho de 2011, a Companhia emitiu, através de distribuição pública e esforços restritos de colocação, 300 debêntures ordinárias simples, não conversíveis em ações, com vencimento final em 12 de julho de 2021. O valor do principal das debêntures é de R\$ 1.000 cada, totalizando R\$ 300.000, tendo juros equivalentes à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e mais 2,5% de *spread* por ano pagos anualmente. Os termos da oferta de debêntures preveem a liquidação anual a partir de 12 de julho de 2017 a 12 de julho de 2021, e o resgate antecipado, parcial ou total, será permitido a partir do 13º mês, caso em que uma taxa de resgate deverá ser paga de acordo com um cronograma de resgates antecipados. As debêntures são garantidas pela RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.

Em 16 de setembro de 2013, a Companhia emitiu, através de distribuição pública e esforços restritos de colocação, 14.000 debêntures ordinárias simples, não conversíveis, com vencimento final em 16 de setembro de 2019. O valor nominal das debêntures é de R\$ 10 cada, totalizando R\$ 140.000, tendo juros equivalentes à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e mais 1,9% de *spread* por ano pago semestralmente, em 16 de março e 16 de setembro.

Os termos da oferta de debêntures preveem a liquidação anual a partir de 16 de setembro de 2018 a 16 de setembro de 2019, e o resgate antecipado, parcial ou total, será permitido a partir do 13º. mês, caso em que uma taxa de resgate deverá ser paga de acordo com um cronograma de resgates antecipados. As debêntures são garantidos por RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A., RBS Mídia, Digital e Participações S.A. e RBS TV Comunicações S.A.

De acordo com os termos de oferta de debêntures, a Companhia deve observar certas condições restritivas. Todas essas cláusulas restritivas estão sendo cumpridas.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Provisões

A RBS Participações S.A. e controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis e trabalhistas que surgiram no curso normal dos negócios. As provisões para perdas prováveis estimadas desses processos foram reconhecidas com base na opinião dos consultores legais externos e internos. Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2013, a RBS Participações S.A. e suas controladas pagaram, como resultado de decisões judiciais desfavoráveis ou acordos, o montante de R\$ 939 (2012 - R\$ 2.164).

(a) Provisão para perdas prováveis

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Processos trabalhistas e previdenciários	3.484	3.222
Processos cíveis	<u>2.040</u>	<u>1.805</u>
	<u>5.524</u>	<u>5.027</u>
Depósitos judiciais		
(-) Processos trabalhistas e previdenciários	(3.484)	(2.195)
(-) Processos cíveis	<u>(823)</u>	<u>(812)</u>
Não circulante	<u>1.217</u>	<u>2.020</u>

- Processos trabalhistas e previdenciários - consistem principalmente em litígios referentes a valores pagos por ocasião da rescisão do contrato de trabalho de empregados.
- Processos cíveis referem-se principalmente a programas de notícias veiculados ou publicados pela RBS Participações S.A. e controladas.

A movimentação na provisão para perdas prováveis foi a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
No início do exercício	5.027	4.193
Aumento	1.436	2.998
Valores pagos	<u>(939)</u>	<u>(2.164)</u>
No fim do exercício	<u>5.524</u>	<u>5.027</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perdas possíveis

A RBS Participações S.A. e controladas são partes passivas em certos processos cíveis, trabalhistas e fiscais, que são estimados como perdas possíveis com base na opinião dos consultores legais internos e externos. Nenhuma provisão foi reconhecida para esses processos e os valores dos processos cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Processos cíveis	955	1.530
Processos trabalhistas	1.288	1.028
Processos tributários	<u>78.675</u>	<u>11.680</u>
	<u>80.918</u>	<u>14.238</u>

Processo cível contra o ECAD

A RBS Participações S.A. é coautora, junto com várias outras empresas associadas da Rede Globo, em uma ação cível contra o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), requerendo a revisão dos atuais critérios usados no cálculo e pagamento de *royalties* originados da transmissão de músicas estrangeiras e nacionais em sua programação, para o período entre 2005 e 2013.

Em 13 de outubro, a RBS Participações S.A., junto com várias outras empresas afiliadas da Rede Globo, concluiu a negociação com o ECAD. Como resultado dessa negociação, o valor de R\$ 19.552 foi registrado para esse caso em setembro de 2013. O valor de R\$ 13.937 foi registrado como custo operacional e R\$ 5.615 foram registrados como despesa financeira.

Autuação fiscal - IOF

Em dezembro de 2010, a Companhia recebeu um auto de infração no valor de R\$ 11.680 relativo ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações financeiras entre a Companhia e a RBS Administração e Cobranças Ltda. A administração recorreu da autuação. Com base na opinião da administração e dos seus consultores jurídicos e fiscais, a probabilidade de perda decorrente da presente autuação é considerada possível e, portanto, nenhuma provisão foi registrada em relação a essa questão.

Autuação fiscal - Utilização de prejuízo fiscal

Em junho de 2013, a Companhia recebeu um auto de infração no valor de R\$ 66.995. As autoridades tributárias estão contestando a utilização de prejuízos fiscais da RBS Participações S.A. originados antes da incorporação, ocorrida em 2008, das empresas Rádio e TV Caxias S.A., Televisão Gaúcha S.A. e da RBS TV Florianópolis S.A.. A administração ingressou com um recurso judicial em 8 de julho de 2013. Com base na opinião da administração e dos assessores jurídicos internos e externos, a probabilidade de perda decorrente dessa autuação foi considerada "possível" e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nesse caso.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Patrimônio líquido

(a) Capital

O capital social é composto de 50.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (31 de dezembro de 2012 - 20.000.000).

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o aumento do capital social foi aprovado no valor de R\$ 30.000, por meio da emissão de 30.000.000 novas ações.

(b) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício das demonstrações financeiras estatutárias, após a apropriação da reserva legal de um montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R\$ 36.660, foram pagos durante o trimestre findo em 31 de março de 2012.

Em 30 de maio e 12 de setembro de 2012, a Assembleia dos Acionistas aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 135.413, referentes aos exercícios de 2008 a 2011, e R\$ 43.059, relativos a dividendos intermediários de 2012, respectivamente, que foram pagos durante 2012. Adicionalmente, a administração propôs dividendos adicionais relativos a 2012 no valor de R\$ 63.430. Portanto, o total de dividendos propostos e pagos em 2012 foi de R\$ 79.867. Todos os dividendos foram aprovados em Assembleia Geral.

Em 15 de março de 2013, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a distribuição adicional de dividendos no valor de R\$ 45.382 referentes a 2012 (R\$ 0,91 por ação).

Em dezembro de 2013, a administração aprovou a distribuição de dividendos referentes a exercícios anteriores no montante de R\$ 22.000 e R\$ 80.000, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Todos os dividendos estão sujeitos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	95.514	106.489
(-) Reserva legal	(4.776)	
	<u>90.738</u>	<u>106.489</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>22.685</u>	<u>26.622</u>
Dividendo do ano propostos e pagos	80.000	43.059
Dividendo adicional proposto		63.430
	<u>57.315</u>	<u>79.867</u>
Dividendos pagos do ano anterior	67.381	172.073
Total de dividendos pagos	<u>147.381</u>	<u>215.132</u>

17 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	95.514	106.489
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	46.667	20.000
Lucro básico e diluído por ação- R\$	<u>2,05</u>	<u>5,32</u>

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações continuadas é o mesmo que o lucro básico por ação.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Receitas e despesas por natureza

(a) Receitas operacionais

A reconciliação das receitas operacionais com a receita líquida é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita bruta		
Publicidade	476.120	460.971
Outros	33.407	47.375
Cancelamentos e devoluções	(2.624)	(1.009)
Impostos sobre receitas	<u>(20.485)</u>	<u>(22.153)</u>
Receitas líquidas	<u>486.418</u>	<u>485.184</u>

(b) Despesas por natureza

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Com pessoal (Nota 19)	(140.977)	(126.905)
Administrativas		
Despesas gerais indiretas (Nota 10(i)(e))	42.044	31.022
Consultores	(11.588)	(6.993)
Despesas com viagens	(7.702)	(6.919)
Segurança e conservação	(7.039)	(6.107)
Outros	(8.526)	(6.600)
Operacionais		
Logística	(2.735)	(1.488)
Aluguéis	(2.046)	(2.562)
Cobrança	(49)	(42)
Energia elétrica, conexão de Internet e telefone	(4.436)	(4.992)
Outros	(10.012)	(8.039)
Com vendas		
Comissões e bônus	(13.315)	(10.468)
Outros	(34.575)	(39.686)
Técnicas	(2.175)	(2.015)
Produção		
Eventos	(27.558)	(38.662)
Agenciamento mercantil	(75.304)	(75.207)
Promoção	(17.298)	(15.735)
Depreciação e amortização	(17.626)	(14.250)
Outras receitas (despesas)	<u>(124)</u>	<u>1.146</u>
	<u>(341.041)</u>	<u>(334.502)</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Despesa de benefícios a empregados

	2013	2012
Salários e outros benefícios	(104.865)	(91.341)
Custos previdenciários	(28.757)	(25.687)
Custos de planos de pensão - planos de contribuição definida (Nota 21)	(2.716)	(3.045)
Outros	(4.639)	(6.832)
	<u>(140.977)</u>	<u>(126.905)</u>

20 Receitas e despesas financeiras

	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	15.076	20.724
Variações monetárias ativas	92	399
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas (Nota 10)	4.115	1.321
Juros sobre impostos e depósitos judiciais	65	144
Outras receitas financeiras	1.516	405
	<u>20.864</u>	<u>22.993</u>
Despesas financeiras		
Juros e encargos de debêntures	(35.859)	(33.728)
Variações cambiais	(33)	(227)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas (Nota 10)		(332)
Juros sobre impostos	(125)	(98)
Juros sobre negociação ECAD	(5.615)	
Outras despesas financeiras	(572)	(450)
	<u>(42.204)</u>	<u>(34.835)</u>
	<u>(21.340)</u>	<u>(11.842)</u>

21 Fundo de pensão

A RBS Participações S.A. e controladas, juntamente com outras coligadas (coletivamente referidas como "Patrocinadoras") fundaram a RBS Prev-Sociedade Previdenciária, um fundo de pensão privado ("Fundo"), para fornecer benefícios complementares de pensão e por invalidez além daqueles pagos pelo Sistema Nacional de Previdência Social. O Fundo foi aprovado pelo Ministério da Previdência Social em outubro de 1996 e foi implementado a partir de 1º de janeiro de 1997.

O Fundo é um plano de contribuição definida, com contribuições das Patrocinadoras e participantes calculados com base em valores e percentuais variáveis a critério de cada participante.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contribuições normais das Patrocinadoras são baseadas em até 300% da contribuição básica dos participantes, dependendo da idade do participante. Essas contribuições cessarão automaticamente se o participante sair da Companhia por qualquer razão, atingir a idade de aposentadoria, falecer ou ficar inválido. Os benefícios de serviço passado foram custeados pelas Patrocinadoras durante 20 anos através de pagamentos mensais ajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Além disso, as Patrocinadoras podem optar por fazer contribuições adicionais a qualquer tempo, e as contribuições normais e adicionais podem ser revistas pelas Patrocinadoras em fevereiro de cada ano. As Patrocinadoras também podem reduzir ou suspender temporariamente suas contribuições, mantendo apenas aquelas necessárias para cobrir os benefícios mínimos mencionados abaixo, os pagamentos referentes aos benefícios de serviço passado e os custos administrativos do Fundo. Em 2008, as Patrocinadoras decidiram fazer contribuições adicionais para cobrir benefícios de serviço passado.

O plano concede a todos os participantes um benefício de aposentadoria mínimo igual a um valor máximo de 3 vezes o salário mensal do participante para participantes com 30 anos de serviço quando da aposentadoria. Participantes com menos de 30 anos de serviço têm direito a um valor proporcional, com base em seus anos de serviço. Exceto por esse benefício mínimo, as Patrocinadoras não têm qualquer responsabilidade por garantir o nível mínimo dos benefícios aos participantes quando eles saem da Companhia.

As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$ 2.716 (exercício findo em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 3.045).

As demonstrações financeiras do Fundo são examinadas por auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2013, as reservas atuariais resultaram em um superávit do Fundo de R\$ 6.172 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 6.635).

22 Imposto de renda e contribuição social

O conceito de declaração consolidada de imposto de renda para empresas que compreendem um grupo, como a RBS Participações S.A. e controladas, não existe no Brasil. Cada companhia mantém seus próprios registros fiscais e registra suas declarações de impostos. As informações fiscais nas declarações financeiras consolidadas e nesta nota são, portanto, um resumo das informações referentes às companhias inclusas nas demonstrações financeiras consolidadas.

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Reconciliação do imposto de renda
e da contribuição social**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos não controladores	126.549	137.442
Alíquota - %	<u>34</u>	<u>34</u>
	(43.027)	(46.730)
Efeitos das diferenças permanentes		
Despesas não dedutíveis	(329)	(278)
Receita não tributável	(973)	(236)
Crédito por propaganda eleitoral (Nota 2.14)	12.756	17.128
Outros	<u>1.844</u>	<u>499</u>
Despesa do exercício	<u>(29.729)</u>	<u>(29.617)</u>
Circulante	(28.226)	(27.074)
Diferido	<u>(1.503)</u>	<u>(2.543)</u>
	<u>(29.729)</u>	<u>(29.617)</u>
Alíquota efetiva	23,49%	21,56%

(b) Natureza dos saldos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuição social apagar	186	101
Imposto de renda a recolher	<u>(8)</u>	<u>112</u>
	<u>178</u>	<u>213</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação no imposto de renda diferido ativo e passivo durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos dentro da mesma jurisdição fiscal, é a seguinte:

	<u>Provisões</u>	<u>Perdas por impairment</u>	<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Efeitos contábeis da Lei 11.638/07</u>	<u>Total</u>
Ativo de imposto diferido					
Em 31 de dezembro de 2011	1.713	139	81.167	(5.568)	77.451
Compensação prejuízos fiscais			(7.981)		(7.981)
Creditado/(debitado) à demonstração do resultado	<u>(59)</u>	<u>115</u>		<u>(2.599)</u>	<u>(2.543)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	1.654	254	73.186	(8.167)	66.927
Compensação prejuízos fiscais			(8.381)		(8.381)
Creditado/(debitado) à demonstração do resultado	<u>192</u>	<u>(103)</u>		<u>(1.592)</u>	<u>(1.503)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>1.846</u>	<u>151</u>	<u>64.805</u>	<u>(9.759)</u>	<u>57.043</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, referentes aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias, são reconhecidos quando a realização é considerada provável, com base em projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2013, a RBS Participações S.A. reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a seus prejuízos fiscais no valor de R\$ 64.805 (2012 - R\$ 73.186). A realização dos benefícios dos prejuízos fiscais é considerada provável, com base nas projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando a lucratividade histórica das empresas incorporadas.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia espera realizar o imposto diferido ativo como segue:

<u>Ano</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013		10.740
2014	3.731	3.392
2015	6.965	10.465
2016	3.744	6.914
2017	9.196	11.164
2018	6.828	6.430
2019	15.636	14.911
2020	15.040	10.777
2021	5.662	301
	<u>66.802</u>	<u>75.094</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da RBS Participações S.A. e controladas e o lucro tributável. Portanto, a expectativa da utilização do imposto de renda diferido ativo não deve ser tomada como único indicativo de lucros futuros da RBS Participações S.A. e controladas.

Além dos créditos acima, a RBS Participações S.A. e RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda. também possuem prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para adicionais disponíveis para compensação de 30% do lucro tributável futuro nas respectivas empresas, sem prazo de prescrição, que não foram registrados por não haver expectativa de realização. Estes créditos são como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RBS Participações S.A.		
Prejuízos fiscais	357.330	405.570
Base negativa de contribuição social	260.021	337.230
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.		
Prejuízos fiscais	1.358	1.355
Base negativa de contribuição social	1.358	1.355

Os respectivos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em relação aos créditos acima, os quais incluem impostos relacionados a diferenças temporárias, serão registrados quando houver suficiente evidência de que sua realização é provável.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Cobertura de seguros

A política de gestão de risco de seguro das empresas consolidadas busca cobertura compatível com suas responsabilidades e operações. As coberturas de seguros foram contratadas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e as recomendações de seus consultores de seguro.

Em 31 de dezembro de 2013, a RBS Participações S.A. e controladas tinham as seguintes principais apólices de seguro contratadas de terceiros:

Modalidade	Montante da cobertura
Incêndio de bens do imobilizado	240.677
Responsabilidade civil	5.000
Riscos diversos	5.000

24 Direitos de transmissão de campeonatos de futebol

Para assegurar direitos de transmissão em anos futuros, a RBS Participações S.A. assinou contratos referentes aos Campeonatos de Futebol do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina de 2012 a 2016.

Em 9 de junho de 2010, a Companhia celebrou um contrato para a renovação até o ano de 2016 dos direitos de transmissão relativos ao Campeonato de futebol do Estado do Rio Grande do Sul, pagando antecipadamente o montante de R\$ 8.760 (despesas antecipadas, ativos circulantes - R\$ 4.080; não circulante - R\$ 4.680) (31 de dezembro de 2012 - Despesas do exercício seguinte, ativo circulante - R\$ 3.063; não circulante - R\$ 7.020).

* * *